dedução da parte desses excedentes destinada à constituição de provisões, reservas e fundos, nos termos do antigo 28.º

Artigo 40.º

(Regime fiscal do pessoal)

O pessoal da empresa sujeita-se, quanto às respectivas remunerações, à tributação que incide sobre as remunerações percebidas pelos trabalhadores das empresas privadas.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 41.º

(Estatutos dos titulares dos cargos dos órgãos da empresa)

Até que lei especial defina o estatuto dos titulares dos cargos dos órgãos das empresas públicas, observar-se-ão as regras seguintes:

- a) Os membros do conselho de gerência desempenharão os seus cargos em regime de tempo completo, sendo-lhes vedada quaisquer acumulações, salvo o exercício de missões de serviço público para que sejam designados pelo Conselho de Ministros ou pelo Ministro da Tutela;
- b) O mandato dos membros do conselho de gerência e da comissão de fiscalização cessa ao perfazerem a idade que for fixada para a passagem à reforma dos trabalhadores da empresa;
- c) O exercício do mandato em qualquer dos órgãos da empresa não depende da prestação de caução;
- d) As remunerações dos membros do conselho de gerência e da comissão de fiscalização serão fixadas pelo Ministro da Tutela, de harmonia com os critérios fixados em Conselho de Ministros;
- e) As remunerações dos membros da comissão de fiscalização que actuem em tempo parcial serão acumuláveis com quaisquer outras remunerações, dentro dos limites e condicionamentos legais estabelecidos;
- f) Os membros dos órgãos da empresa terão direito a abono de ajudas de custo e ao pagamento de despesas de transporte, nos termos que forem fixados pelo Ministro da Tutela;
- g) Os membros dos órgãos da empresa terão ainda direito às regalias sociais asseguradas aos trabalhadores da empresa em condições idênticas às estabelecidas para estes últimos.

Artigo 42.º

(Vagas nos órgãos da empresa)

1. Sempre que se produzam vagas nos cargos dos órgãos da empresa, poderão elas ser preenchidas, se necessário.

2. Os membros dos órgãos da empresa que, de harmonia com o número anterior, forem nomeados em substituição de outros cujo mandato haja cessado an-

tes do seu termo normal manter-se-ão em funções até à data em que terminaria o mandato daqueles que substituíram.

O Ministro do Comércio Interno, *Joaquim Jorge Magalhães Mota*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do director-geral da Organização Internacional do Trabalho, a Papuásia-Nova Guiné, tendo-se comprometido a aceitar as obrigações decorrentes da constituição da OIT, é, desde 1 de Maio de 1976, membro daquele organismo internacional.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 8 de Julho de 1976. — O Adjunto do Director-Geral, *Alexandre Eduardo Lencastre da Veiga*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que o representante permanente de Portugal junto dos organismos e organizações internacionais em Genebra depositou junto da Direcção-Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 31 de Maio de 1976, o instrumento de ratificação, por parte de Portugal, da Convenção n.º 135 da Organização Internacional do Trabalho Relativa à Protecção e Facilidades a Conceder aos Representantes dos Trabalhadores na Empresa, adoptada em 23 de Junho de 1971 pela 56.ª Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

A 31 de Maio de 1976 eram Partes na referida Convenção os seguintes países: Alto Volta, Camarões, Costa do Marfim, Cuba, Espanha, Finlândia, França, Gabão, Hungria, Iraque, México, Níger, Países Baixos, Reino Unido, República Árabe Síria, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Roménia, Suécia e Zâmbia.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 19 de Junho de 1976. — O Adjunto do Director-Geral, *Alexandre Eduardo Lencastre da Veiga*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação do Secretariado das Nações Unidas, os Governos da Papuásia-Nova Guiné e da Jamaica depositaram, em 6 e 11 de Maio de 1976, respectivamente, os instrumentos de aceitação da Convenção Instituidora da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, concluída em Genebra em 6 de